

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO, em atenção ao of. nº. 181/93 do Sr. Prefeito Municipal, apresente o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 15/93

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Sociedade Escolar Centenário para a cedência de professores.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo único - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Sociedade Escolar Centenário, mantenedora da Escola Particular D. Pedro II, acordando a cedência de professores do Município para aquela Escola, em acordo com o seguinte texto:

TERMO DE CONVÊNIO 10/93

Convênio que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO e a SOCIEDADE ESCOLAR CENTENÁRIO - mantenedora da E. P. D. Pedro II, acordando a cedência de professores daquela para esta e a competente contrapartida.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, representada neste ato pelo seu Prefeito, ARI ALVES ANUNCIAÇÃO, de um lado, de outro a SOCIEDADE ESCOLAR CENTENÁRIO, mantenedora da E. P. D. Pedro II, neste ato representada pela sua Presidente MARIANE JAEGER, doravante denominadas respectivamente de PREFEITURA e SOCIEDADE, firmam o presente Convênio mediante a adoção das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A PREFEITURA cederá para a SOCIEDADE 06 (seis) professores para o exercício do magistério, na escola mantida por esta, durante o ano letivo de 1993, com base no disposto no título VII da Lei 734/90 e na Lei 772/90.

Parágrafo único - O número de cedências mencionado neste artigo tem base no que dispõe a letra "b" do art. 2º da Lei 772/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - A PREFEITURA exige que a SOCIEDADE conceda até 06 matrículas para o presente ano letivo, sem ônus para os pais dos alunos, em cumprimento ao disposto no Parágrafo único do art. 40 da Lei 743/90 e art. 3º da Lei 772/90.

CLÁUSULA TERCEIRA - A concessão prevista na Cláusula anterior será feita a alunos comprovadamente carentes.



....cont.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

PDL 15/93 - 02

CLÁUSULA QUARTA - O critério de carência de alunos a serem contemplados com matrícula gratuíta e sem pagamento de mensalidade, será fixado levando-se em conta o coeficiente obtido a partir do cômputo dos dados informados pelos pais ou responsáveis, conforme fórmula anexa a este termo.

- § 1º Realizando o cálculo, este, bem como os dados da ficha Sócio-econômica serão examinados por Comissão Especial formada por membro da Direção da Escola mantida, pelo Presidente da SOCIEDADE e pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura.
- § 2º Analizados os dados e documentos previstos no Parágrafo anterior a Comissão decidirá soberanamente quais os alunos serão contemplados com a concessão, devendo desta dar conhecimento a quem de direito.
- § 3º Na concessão prevista na Cláusula terceira será dada preferência aos alunos mais carentes, em detrimento dos menos carentes, observado o disposto no Parágrafo único do art. 3º da Lei 772/90.

CLÁUSULA QUINTA - Para a confecção da ficha sócio-econômica bem como para o oferecimento dos dados necessários ao cálculo do coeficiente de carência somente serão aceitas informações oriundas de documentos recentes e originais, sendo desconsideradas informações e declarações, ainda que do próprio interessado, que não tenham comprovação documental.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Termo de Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 1993.

E por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições anteriores, firmam o presente, perante as testemunhas./Agudo, O1 de março de 1993.

SALA DAS SESSÕES, AOS ...

CÂMARA MUNICIPAL

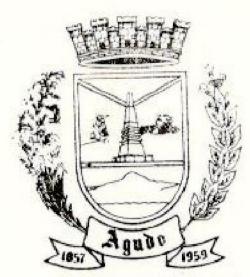
AGUDO

Agudo, 02 de junho de 1993.

Vice-Presidente

Ver. Gerson Halberstadt

Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

TERMO DE CONVÊNIO 10/93

Convênio que entre si celebram a PRE-FEITURA MUNICIPAL DE AGUDO e a SOCIE-DADE ESCOLAR CENTENÁRIO - mantenedora da E. P. D. Pedro II, acordando a cedência de professores daquela para es ta e a competente contrapartida.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, representada neste ato pelo seu Prefeito, ARI ALVES ANUNCIAÇÃO, de um lado, de outro lado a SOCIEDADE ES COLAR CENTENÁRIO, mentenedora da E. P. D. Pedro II, neste ato representada pela sua Presidente MARIANE JAEGER, doravante denominadas respectivamente de PREFEITURA e SOCIEDADE, firmam o presente Convênio mediante a adoção das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A PREFEITURA cederá para a SOCIEDADE 06 (seis) professores para o exercício do magistério, na escola manti-da por esta, durante o ano letivo de 1993, com base no disposto no título VII da Lei 734/90 e na Lei 772/90.

Parágrafo Único - O número de cedências mencionado neste artigo tem base no que dispõe a letra "b" do art. 2º da Lei 772/90.

- CLÁUSULA SEGUNDA A PREFEITURA exige que a SOCIEDADE conceda até 06 matrículas para o presente ano letivo, sem ônus para os pais dos alunos, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do art. 40 da Lei 734/90 e art. 30 da Lei 772/90.
- CLÁUSULA TERCEIRA A concessão prevista na Cláusula anterior será feita a alunos comprovadamente carentes.
- CLÁUSULA QUARTA O critério de carência de alunos a serem contemplados com matrícula gratuita e sem pagamento de mensalidade, será fixada levando-se em conta o coeficiente obtido a partir do cômputo dos dados informados pelos pais ou responsáveis, conforme fórmula anexa à esse termo.
 - § 1º Realizado o cálculo, este, bem como os dados da ficha Sócio-econômica serão examinados por Comissão Especial formada por membro da Direção da Escola mantida, pelo Presidente da SOCIEDADE e pelo Secretário Mu nicipal de Educação e Cultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO

TERMO DE CONVÊNIO 10/93-F1. 02

- § 2º Analizados os dados e docuemtnso previstos no Parágra fo anterior a Comissão decidirá soberanamente quais os alunos serão contemplados com a concessão, devendo desta dar conhecimento à quem de direito.
- § 3º Na concessão prevista na Cláusula terceira será dada preferência aos alunos mais carentes, em detrimento dos menos carentes, observado o disposto no Parágrafo Único do art. 3º da Lei 772/90.
- CLÁUSULA QUINTA Para a confecção da ficha sócio-econômica bem como para o oferecimento dos dados necessários ao cálculo do coeficiente de carência somente serão aceitas informações oriundas de documentso recentes e originais, sendo desconsideradas informações e declarações, ainda que do próprio interessado, que não tenham comprovação documental.

CLÁUSULA SEXTA - O presente Termo de Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 1993.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições anteriores, firmam o presente, perante as testemunhas.

Agudo, 01 de março de 1993.

	PELA PREFEITURA:	
	PELA SOCIEDADE:	
TESTEMUNHAS:	2 mino	
	21857	